

# NACIONALISMO: UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA PARA O SÉCULO XXI

*NATIONALISM: AN ECONOMIC PERSPECTIVE FOR THE 21ST CENTURY*

*NACIONALISMO: UNA PERSPECTIVA ECONÓMICA PARA EL SIGLO XXI*

José Eraldo Rovaris<sup>1</sup>  
Maria Silvana Frezarin<sup>2</sup>

## Resumo

O nacionalismo é uma ideologia cujo viés pode ser positivo ou negativo, conforme os interesses dos diversos grupos sociais. Em vista disso, o presente artigo teve como objetivo examinar se o nacionalismo pode ser utilizado como política econômica, no século XXI. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo. Ademais, o trabalho pretendeu: (a) analisar o conceito de nacionalismo (b) compreender como a obtenção do poder sobre o Estado-nação acontece; (c) desmistificar as perspectivas equivocadas a respeito do nacionalismo, propondo uma ação nacional positiva em relação aos recursos exploráveis, com vistas a beneficiar setores como educação, saúde e transportes. Conclui-se que o nacionalismo, como um movimento, pode ser utilizado pela economia para mediar as negociações entre os agentes econômicos.

**Palavras-chave:** nacionalismo; economia; poder; população; teorias.

## Abstract

Nationalism is an ideology whose bias can be positive or negative, depending on the interests of different social groups. Given this, this article aimed to examine whether nationalism could be used as an economic policy in the 21st century. As for the methodology, it is bibliographical research, with a qualitative character. Furthermore, the work intended: (a) to analyze the concept of nationalism (b) to understand how the acquisition of power over the nation-state occurs; (c) to demystify the mistaken perspectives regarding nationalism, proposing a positive national action concerning exploitable resources, to benefit the education, health and transport sectors. It is concluded that nationalism, as a movement, can be used by the economy to mediate negotiations between economic agents.

**Keywords:** nationalism; economy; power; population; theories.

## Resumen

El nacionalismo es una ideología que puede ser vista como positiva o negativa, de acuerdo con los intereses de cada grupo social. En virtud de ello, este artículo tuvo como objetivo examinar si el nacionalismo puede ser utilizado como política económica, en el siglo XXI. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación bibliográfica, de carácter cualitativo. Además, el trabajo pretendió: (a) analizar el concepto de nacionalismo; (b) comprender cómo se produce la obtención de poder sobre el Estado-nación; (c) desmitificar las perspectivas equivocadas sobre el nacionalismo, con la propuesta de una acción nacional positiva respecto a los recursos factibles de ser explotados, con el propósito de beneficiar sectores como educación, salud y transporte. Se concluye que el nacionalismo, como movimiento, puede ser usado por la economía para mediar negociaciones entre agentes económicos.

**Palabras-clave:** nacionalismo; economía; poder; población; teorías.

---

<sup>1</sup> Graduando em História. E-mail: economistarovaris@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: mfrezarin@hotmail.com.

## 1 Introdução

O nacionalismo pode ser um mecanismo de política econômica destinado à exploração dos recursos renováveis e não renováveis? De acordo com Bobbio:

Em seu sentido mais abrangente o termo Nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional (v. NAÇÃO), que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 799).

O nacionalismo é uma ideologia de determinados grupos sobre o poder do Estado-nação, na sua forma unificada, territorial, linguística, cultural e das tradições. Neste caso, o nacionalismo seria formado pelas ações de determinados grupos sobre as estruturas do Estado-nação; assim, a sequência destes grupos precisa ser respaldada por outras ações, concentradas nos objetivos propostos, tornando-se responsáveis por criarem mecanismos de desenvolvimento do Estado-nação, ou seja, planos políticos, econômicos, culturais, entre outros. Conforme Sandroni, o nacionalismo consiste em:

Doutrina que visa à afirmação nacional nos planos político, econômico e cultural. A origem do nacionalismo moderno está na formação dos Estados Nacionais no final da Idade Média. Tinha base étnico-cultural e sua contrapartida econômica era o mercantilismo praticado pelas monarquias absolutistas (SANDRONI, 1999, p. 417).

Sandroni nos mostra que o nacionalismo moderno permeou as primeiras teorias econômicas, logo, é uma preocupação secular. Por esta razão, não abordaremos, neste artigo, as primeiras ideias nacionais, pois é tema que requer consistente aprofundamento. O que desejamos é buscar respostas econômicas modernas sobre o poder do Estado-nação que determinados grupos econômicos possuem, e como esses grupos assimilam as informações modernas desde a sua origem. Neste sentido, analisaremos se há uma saída nacionalista econômica para atender às necessidades econômicas da população local, ou seja, um plano nacional com participação de todos os agentes na construção de uma nação forte e soberana.

Este artigo apresenta, portanto, uma narrativa econômica em torno do nacionalismo, tendo como base o livro *Nações e Nacionalismo desde 1780 - Programas, mitos e realidade*, de Hobsbawm (2016). Nesta obra, o autor afirma que a análise do nacionalismo deve ocorrer através de uma visão dual e, conseqüentemente, não pode ser analisada apenas por uma visão de cima. Requer, ainda, que seja construída sob uma visão planificada de baixo, para que as pessoas comuns possam participar das decisões nacionais, “[...] ou seja, em termos de

suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.” (HOBSBAWM, 2016, p.19). Este artigo propõe, neste prisma, uma análise econômica, considerando que “As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos de condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências.” (HOBSBAWM, 2016, p. 19). Para isso, vamos utilizar as dimensões econômicas e políticas.

É comum o entendimento entre os economistas que a economia é ciência que trata da escassez dos recursos, aplicados tanto em uma economia nacional quanto internacional. Ao utilizar essa ciência como análise, podemos entender que os recursos produtivos geram receitas através da exploração e da venda. Além disso, esta ciência permite que possamos diferenciar os agentes econômicos envolvidos nas relações econômicas possíveis, podendo obter uma interpretação dos conflitos existentes entre a população local e o setor privado. Assim, esta ciência passa a ser mediadora de um conflito sobre os recursos produtivos renováveis e não renováveis. Para compreendê-la, o primeiro passo consiste na identificação da tomada de poder, capaz de impor a vontade e satisfazer as necessidades destes agentes. Entende-se o “poder”, nesse contexto, como um mecanismo de coerção e cooperação de grupos interessados na instituição maior de uma nação, qual seja, o Estado-nação. Nas palavras de Bobbio:

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais (como na expressão Poder calorífico, Poder de absorção) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 933).

Esta capacidade e ações agem com efeitos nos grupos ou indivíduos que constituem um Estado-nação. Assim, o objeto de interesse dos grupos ocorre no poder sobre o Estado-nação, o mesmo objetivo deste artigo. Para a consolidação da ideia aqui proposta, verificaremos duas teorias econômico-sociais: a liberal, definida como concorrencial, e a socialista, definida como cooperativa.

Segundo o *Novíssimo Dicionário de Economia*, elaborado por Sandroni (2010, p. 514), os recursos naturais constituem um:

Conjunto de riquezas naturais em estado bruto e que podem ser exploradas economicamente por um país. Constituem riquezas naturais as jazidas minerais, as bacias petrolíferas, os cursos dos rios e suas quedas, a fauna e a flora. Exploram-se inicialmente as riquezas mais abundantes e de aplicação mais fácil (madeiras, metais etc.). O desenvolvimento econômico e tecnológico criou a necessidade de novos produtos: assim, a exploração em larga escala do petróleo e dos minerais radioativos, por exemplo, só começou no século XX. Os recursos naturais distribuem-se pelo globo de maneira desigual e sua simples presença em forma bruta numa região

constitui fator de desenvolvimento: é necessária a criação de uma infraestrutura industrial adequada, o que implica investimentos maciços, nem sempre realizáveis.

Conforme o autor, a partir das riquezas brutas que podem ser exploradas economicamente por um país, podemos criar, a partir dessa exploração, um desenvolvimento econômico e tecnológico pautado no desenvolvimento da infraestrutura necessária em benefício da população; porém, cabe destacar, que isto não ocorre sem conflitos.

Para entender o conflito decorrente do processo mencionado, vamos interagir com obras de Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780 - Programa, mito e realidade*, contando com a cooperação do *Novíssimo Dicionário de Economia*, elaborado por Paulo Sandroni, além do *Dicionário de Política*, elaborado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e GianFranco Pasquino. O objetivo não é realizar uma descrição do livro de Hobsbawm, ou seja, sua colaboração foi parte inicial dos estudos sobre o nacionalismo; desse modo, entendemos que não precisamos repetir o que já existe sobre a teoria no nacionalismo, pois, há vasta contribuição teórica sobre o assunto. Em outras palavras, o que precisamos é pensar nas necessidades do século XXI; nesse sentido, a ajuda de Hobsbawm é colaborativa, tendo em vista sua definição de micro-história, uma narrativa vinda de baixo, e sua análise sobre as teorias econômicas e políticas do liberalismo e do socialismo. Sandroni colabora com os conceitos econômicos nacionais e internacionais, o mesmo que Bobbio; ademais, estes dois autores ainda contribuem com análises conceituais sobre o nacionalismo.

Além disso, vamos verificar como se processam as informações que carregam os conceitos do nacionalismo, embora tenhamos ciência que as suposições levantadas deverão ser aprofundadas em novos trabalhos, pois, por vezes, os dicionários e *sites* de buscas na *web* distorcem o conceito do nacionalismo, principalmente no que tange à relação entre o nacionalismo e os movimentos do fascismo e nazismo. Em vista disso, uma das primeiras ações para compreender o que é nacionalismo é analisar os conceitos; assim, fazer relações a esses movimentos sempre ficará como primeira impressão. Isso porque, esses movimentos são ultranacionalistas, ou seja, até margeiam o movimento, mas devem ser vistos por fora e não por dentro; por isso, supomos que existe uma intencionalidade para que as populações não pensem a partir de um olhar interno de seu país, mas através de um olhar internacional, evitando uma consciência de que tudo é assim e não podemos enfrentar o sistema.

A literatura consultada possui um referencial temporal da modernidade e da ‘pós-

modernidade'<sup>1</sup>, isto é, esta análise compreende desde século XV até o século XXI, sendo esse o objetivo da conclusão do artigo. Como forma de investigar se o nacionalismo ainda possui importância no século XXI, elaborou-se o seguinte questionamento: *O nacionalismo pode ser utilizado como política econômica a ser desenvolvida no século XXI?* Para responder a esta questão, pretende-se: desenvolver uma narrativa econômica de tomada de poder do Estado-nação entre a população local e setor privado, com intenção de explorar os recursos econômicos; identificar nas literaturas liberais e socialistas como o conceito do nacionalismo está disponível para o público em geral, conforme as suposições levantadas; e propor uma sugestão econômica para a economia brasileira do século XXI.

Espera-se, portanto, que, no final do artigo, o leitor possa entender a importância dos recursos naturais brasileiros e o uso do nacionalismo como forma de gerar receitas para os setores da educação, saúde e transportes, cientes de que os benefícios podem se estender a outros setores, mas considerando os citados como centrais nesta discussão.

## 2 Narrativa vista de baixo

Economia é ciência da escassez de recursos, sejam eles naturais ou construtos humanos que possam ser utilizados como desenvolvimento econômico. Para Sandroni, trata-se da:

[...] ciência que estuda a atividade produtiva. Focaliza estritamente os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia), na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias. Sua preocupação fundamental refere-se aos aspectos mensuráveis da atividade produtiva, recorrendo para isso aos conhecimentos matemáticos, estatísticos e econométrico (SANDRONI, 2019, p. 189).

Esta ciência, além de se preocupar com a eficiência dos recursos, lida com as relações entre os agentes que determinam suas variações e combinações, para atingir um resultado econômico.

Nesta relação, o Estado-nação está em um ponto intermediário; os agentes são variados e podem fazer diversas combinações. O Estado-nação, por sua vez, é formado por estas variações e, estas, formam um conjunto de necessidades que interagem de diversas maneiras, através de combinações ou não. Embora o Estado seja do povo, ele sempre foi motivo de disputa entre os agentes econômicos. Esta posição intermediária faz com que o Estado se torne alvo de

---

<sup>1</sup> Esse conceito de pós-modernidade não é aceito por muitos literários da história nacional e mundial, assim, fica a critério de leitor definir se existe a classificação da pós-modernidade. O autor apenas define como um conceito ambíguo dentro da literatura, por isso a narrativa.

disputas. Para descrever esta relação, dois agentes serão essenciais na análise, o povo, que é a população local, e o setor privado, cujas forças se alteram conforme o poder do Estado é conquistado.

Abordaremos, portanto, o movimento capitalista de ambos, que ocorre através do “poder” que determina as ações dos recursos. Já a eficiência destas ações não acontece na concorrência, ela é desleal; ou seja, o setor privado acumula muito mais riquezas e, por isso, tem inúmeras vantagens — o que gera desigualdades. Com o advento do século XXI, sabemos o quanto os recursos naturais são necessários em uma economia nacional, pois seu desenvolvimento depende da forma como tais recursos podem ser explorados.

Esta exploração ocorre de duas maneiras, pelo poder público ou pelo setor privado; assim, para obter resultados positivos para a sua reprodução, esses agentes necessitam do poder do Estado-nação, pois é ele quem comanda as ações para satisfazer as necessidades tanto da população quanto do setor privado. Na história da humanidade, o poder sempre foi motivo de muitas disputas (guerras), nacionais ou internacionais, promovendo desigualdades originadas da concorrência entre poder público e setor privado; permite-se, assim, que o capitalismo internacional e nacional se reproduzam, ao explorar as populações locais, quando, o mais correto, seria a exploração pela população local, colhendo os frutos de um movimento capitalista. Sabemos que os recursos pertencem a uma nação; em vista disso, espera-se que ela repasse seus benefícios aos verdadeiros donos, a população. Considera-se que o setor privado também faça parte da população local, porém, os interesses são diferentes.

As condições de preservação e exploração passam a ser de extrema necessidade para a própria reprodução da população local, isso porque os recursos são finitos; do seu limite, espera-se a obtenção e repasse de benefício monetários e sociais para a população local. Sua exploração desordenada pode provocar uma contabilidade negativa, promovendo um processo econômico que tende a ser desigual entre os agentes econômicos locais e os agentes capitalistas interessados nesses recursos. Frequentemente, devido à má conduta dos órgãos de fiscalização e da justiça, vedados sobre a externalização dos custos ambientais dessa produção, os custos acabam sendo da própria população local.

Por vezes, os resultados desta exploração geram um passivo ambiental, tanto para governo local quanto para as populações locais, que sofrem os danos de tal exploração. Estes danos podem ser variados, como a poluição atmosférica e a poluição do lençol freático, por exemplo, e incidem sobre a população — que vive próximo aos recursos explorados. Por isso, tratar sobre a exploração, a venda e a transformação destes recursos seja a grande necessidade econômica da população local, que necessita de mecanismos econômicos para se proteger

contra o sistema capitalista, tendo em vista que este, através da sua visão internacionalista da economia, não possui os mesmos interesses dela.

Entendemos que a principal função de um Estado-nação seja a de proteger e gerar empregos e renda através desses recursos. Bobbio (1998, p. 425), ao tratar sobre o tema, cita a afirmação de Ernst Wolfgang Boeckenfoerde:

Para a nossa geração, reentra agora, no seguro patrimônio do conhecimento científico, o fato de que o conceito de 'Estado' não é um conceito universal, mas serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou inícios do XIX, na base de pressupostos e motivos específicos da história europeia e que após esse período se estendeu — libertando-se, de certa maneira, das suas condições originais e concretas de nascimento — a todo o mundo civilizado (BOECKENFOERDE, 1992 apud BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 425).

Estado, portanto, é um conceito moderno, instituído para mediar os conflitos entre os diversos agentes que o compõem. Embora seja um processo novo, sua base é análoga às formas anteriores. O Estado pode determinar as ações sobre os indivíduos através de políticas econômicas e sociais, porém, essas políticas só serão realizadas conforme os interesses dos grupos que possuem objetivos na tomada do poder do Estado-nação. Em vista disso, os movimentos do nacionalismo devem ter em sua finalidade última a positividade, atendendo, desse modo, os interesses diversos e combinados no desenvolvimento humano das populações locais e, como mencionado, é movimento do qual grupos se apropriam. O que determina se o movimento tem um viés positivo ou não depende dos indivíduos; ademais, a equidade está em formular políticas que atendam a todos.

A base industrial internacional criou uma estrutura com plantas produtivas de reprodução em longo prazo. Isto só foi possível pela quantidade de recursos existentes; contudo, a base, como está fundamentada, não irá mudar tão cedo, pois nenhum capitalista gosta de perder dinheiro, assim, sua permanência irá até o esgotamento de todos os recursos.

Nesse contexto, o poder sobre os recursos gera diversos conflitos no sistema capitalista, tanto na versão nacional quanto na internacional, e os interesses da população local, regional e nacional. Estas extrações são liberadas pelos governos locais, às vezes através de uma produção estatal e, em outras, por meio da liberação à iniciativa privada. Cabe ressaltar que esta disputa é normalmente desigual, pois os interesses são amplos, tanto privados quanto da população local-nacional; entretanto, o que mais prevalece é o poder capitalista nacional e internacional, que age de diversas maneiras. Em certos momentos, por exemplo, coopta membros políticos locais e/ou outros agentes locais e, até mesmo, o judiciário — todos com interesses alinhados à

exploração e reprodução do próprio sistema capitalista privado. A população local, dona de fato dos recursos, frequentemente, não possui o conhecimento necessário sobre a importância desses recursos para a manutenção social.

O aumento da desigualdade entre ambos os agentes ocorre através da manipulação da quantidade e no valor monetário dos recursos existentes. Ao utilizar estes mecanismos, os sistemas privados com poder sobre o Estado-nação desviam as informações dos recursos existentes. Quando isso ocorre, a população local acaba desconhecendo o valor destes recursos, e sendo enganada. Ressalta-se que a maneira como a informação se propaga entre os agentes ocorre através da mídia local e, também, por intermédio do processo educacional nacional.

Os recursos podem ser renováveis, por exemplo, água, sol, mar, vento, florestas<sup>1</sup>, ou não-renováveis, como o petróleo, carvão, minérios, entre outros. Há, ainda, os recursos humanos que podem se desenvolver no sistema educacional. Destarte quanto maior a receita para a educação, maior será a evolução dos recursos humanos; desse modo, qualquer receita advinda da exploração de recursos é necessária.

Conhecer os recursos é fundamental para que a população local decida o que é melhor para ela; por exemplo, uma receita da extração ou venda dos recursos pode favorecer a população local com uma porcentagem monetária a ser transferida para os setores da educação, saúde e transportes, enquanto que a exploração privada apenas visa o lucro próprio, bem como seu poder institucional privado sobre o público. Desse modo, a geração de empregos fica restrita apenas aos custos de sua produção. Embora exista pagamento de impostos ao governo, isso não gera um desenvolvimento social, como receitas diretas para as áreas supracitadas.

Quanto maior o poder da população local, mais chances ela terá de satisfazer suas necessidades econômicas; contudo, o poder está sobre as ações do Estado, o responsável pela elaboração e execução das leis. É dele, portanto, que se espera a receita para os setores educacionais, de saúde e de transportes, por exemplo. O poder não tem como ser concorrencial, ou seja, ele deve ser cooperativo entre todos os membros da nação; desse modo, a forma como esse poder ocorre depende do conhecimento que a população local tem sobre os recursos. Para que a cooperação entre a população, Estado e o setor privado aconteça são necessários mecanismos informativos, pois os dados primários não sofrem interferência da mídia e dos processos educacionais. Logo, o poder da população local só vai existir por uma imposição da sua vontade, isto é, sem um sentimento de propriedade sobre os recursos, nunca obterá o poder necessário para operacionalizar mudanças. Para tal, é preciso conseguir que leis sejam

---

<sup>1</sup> Florestas tanto virgens como as reproduzidas podem gerar benefícios econômicos amplos.

aprovadas; um excelente mecanismo seria a disponibilização de uma porcentagem sobre os recursos energéticos, carvão, petróleo e minérios, valores estes que seriam repassados aos setores já mencionados, favorecendo a população.

Em razão do exposto, é fulcral formar uma consciência nacional para que a população local tenha o conhecimento necessário sobre os recursos, alterando esse processo de formação que ocorre através da informação supostamente manipulada pelos interesses diversos sobre os canais disponíveis. Entretanto, mudar a categoria das informações só seria possível a partir de um sentimento nacional, de pertencimento, que denominamos de nacionalismo. Uma alternativa seria o acesso a fontes primárias de informação, construídas com a participação população — o que evitaria a manipulação; por consequência, a população conheceria a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis.

O nacionalismo, como supracitado, pode ser tanto positivo quanto negativo; seus efeitos dependem de como os agentes se comportam na sociedade, pois, buscar ações positivas é melhor do que promover ações negativas, como as dos movimentos ultranacionais e liberais, na sua versão internacional. Nesse viés, promover-se-ia um maior desenvolvimento social, através de maiores receitas para os setores mencionados — estruturas de uma nação. Através destes valores, estaríamos financiando as estruturas do governo e a população seria a maior beneficiada com essas transferências de recursos.

Portanto, essa visão, determinada através da participação da população local na construção de indicadores sustentáveis, nos permite supor que a tomada do poder só pode ocorrer pela vontade dela. Assim, é preciso uma consciência nacional sobre a quantidade e os valores dos recursos existentes, pois somente pela concorrência é que existe a tendência de desenvolver desigualdades, a exemplo da Vale.

Para se chegar a esse resultado, é necessária muita informação; conseqüentemente, vencer essa etapa é essencial para modificar as estruturas vigentes, supostamente manipuladas. Tudo começa com informações que promovem o conhecimento, o que possibilita a formação de uma corrente nacional sobre determinados setores — desde que estejamos cientes da quantidade e da qualidade dos recursos disponíveis a cada esfera. Além das informações veiculadas pela mídia, esse processo também ocorre dentro do sistema educacional. Ao analisar esse movimento, precisamos considerar que, de um lado, há um âmbito da informação liberal concorrencial — uma visão de um poder único mundial — e, de outro, uma esfera da informação cooperativa — ou seja, socialista. Ressalta-se que, “[...] de 1880 em diante o debate sobre a ‘a questão nacional’ tornou-se sério e intensivo, especialmente entre os socialistas,

porque o apelo político dos slogans nacionais para massas de votantes potenciais e reais.” (HOBSBAWM, 2016, p. 59).

A informação pode se tornar, simultaneamente, tanto um mecanismo poderoso de destruição das estruturas sociais, econômicas, ambientais, culturais e institucionais, quanto uma ferramenta para o desenvolvimento social. O fortalecimento dessas estruturas é um interesse nato da população local, pois é através destas que a própria população se reproduz. Conforme mencionado anteriormente, a informação ocorre no sistema educacional e do sistema midiático, e sua diversidade é fruto das correntes de pensamento desenvolvidas ao longo da história humana. Desta maneira, os termos se tornaram comuns no cotidiano das populações e as linhas de pensamento são poderosas, na medida em que contribuem ou não para o desenvolvimento da sociedade.

Na linguagem da luta política cotidiana, palavras que são técnicas desde a origem ou desde tempos imemoriais, como "oligarquia", "tirania", "ditadura" e "democracia", são usadas como termos da linguagem comum e por isso de modo não unívoco. Palavras com sentido mais propriamente técnico, como são todos os "ismos" em que é rica a linguagem política — "socialismo", "comunismo", "fascismo", "peronismo", "marxismo", "leninismo", "stalinismo", etc. —, indicam fenômenos históricos tão complexos e elaborações doutrinárias tão controvertidas que não deixam de ser suscetíveis das mais diferentes interpretações (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. v).

Esta complexidade aponta que não existe uma definição única acerca dessas teorias. Do ponto de vista literal, pode-se compreender a diferença entre o cooperativismo e a concorrência como elementos estruturante; porém, as correntes políticas existentes confundem o interessado por uma definição objetiva. Assim, a conceituação partidária é complexa, pois utiliza a subjetividade dessas teorias para moldar seus próprios partidos políticos, os quais utilizam terminologias liberais, socialistas ou, às vezes, juntam-se as duas e definem-se como socialdemocracia.

Muitos desses partidos seguem uma linha internacional que nem sempre corresponde às necessidades locais; além disso, nem sempre as informações estão disponíveis. Há contextos em que a população acredita estar votando em um candidato socialista, porém, depois de eleito, adota políticas liberais; assim, os interesses dessa população não serão contemplados. Pode-se utilizar como exemplo as eleições presidenciais de 2014, no Brasil. Neste contexto, a candidata eleita apresentou, durante o período eleitoral, um programa de investimentos econômicos e sociais; porém, logo no início de seu governo, passou a adotar políticas restritivas e de privatizações, o que caracteriza um engodo utilizado pela presidente eleita. A parcela do povo

que não se sentiu enganada desconhecia, provavelmente, as teorias econômicas; logo, conhecer melhor a ciência econômica poderia tornar o processo educacional mais eficaz.

“A definição do Liberalismo como fenômeno histórico oferece dificuldades específicas, a menos que queiramos cair numa história paralela dos diversos Liberalismos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 687)”. Os clássicos liberais do século XVIII não se definiam como tal; ou seja, o desenvolvimento do termo ocorreu somente no século XIX, quando a teoria já havia influenciado os ideais contra o absolutismo, a propriedade privada, a ideia de progresso, o livre mercado, o contrato social, a moral protestante, a liberdade da democracia, a competição, entre outros.

Hoje, no século XXI, o liberalismo político se expandiu em diversas correntes, como o liberalismo conservador, o democrático e a socialdemocracia. A mesma dificuldade ocorre na definição do socialismo, pois sua relação com o comunismo é a mesma; porém, para se chegar ao comunismo, faz-se necessário percorrer caminhos que eliminem a propriedade privada, a busca por igualdade de renda nacional e a socialização dos meios de produção, por exemplo. Deve-se considerar que o socialismo é uma corrente do século XVIII que possui duas divisões: uma utópica e outra, científica. De acordo com Sandroni (2019, p. 567):

Conjunto de doutrinas e movimentos políticos voltados para os interesses dos trabalhadores, tendo como objetivo uma sociedade onde não exista a propriedade privada dos meios de produção. Pretende-se eliminar as diferenças entre as classes sociais e planificar a economia, para obter uma distribuição racional e justa da riqueza social.

Pode-se observar que o socialismo prioriza a planificação racional da riqueza social, objetivando alterar e financiar as estruturas do Estado-nação; portanto, essa abordagem se diferencia do objetivo internacionalista que o liberalismo defende.

Essas duas correntes — envolvidas, simultaneamente, em uma dinâmica de cooperação e concorrência — iniciaram seus esforços promovendo ações nos partidos políticos; estas organizações, por sua vez, criaram mecanismos internacionais para execução de suas políticas. Nesse aspecto, a única convergência entre essas correntes estaria na socialdemocracia, o que dificulta a polarização entre a esquerda e a direita. Esta situação cria uma construção metafísica religiosa que acabou passando para o universo político, onde tudo o que estava ao lado direito — Deus — era bom; do lado esquerdo, tudo era penoso, respaldado pelo campo semântico e lexical.

Na corrente liberal, a questão da internacionalização é aceita pela maioria dos estudiosos, estabelecendo-se como regra geral, voltada às necessidades do capitalismo global.

No socialismo, cujo debate nacional começou no século XVIII, as ações não tiveram o mesmo respaldo nos séculos XX e XXI, quando o debate central se desenvolveu entre o modelo de socialismo em um só país ou modelo de socialismo internacional. Trata-se, então, de uma disputa acirrada entre seus adeptos; porém, configura-se como um debate vago e sem utilidade para o nacionalismo — característica típica do socialismo democrático, com preocupação internacional.

A existência dessas características nacionais dificulta o entendimento dos membros desses partidos, o que torna o entendimento do termo nacionalismo uma tarefa secundária. A corrente trabalhista, que possui uma visão desenvolvimentista acerca da indústria nacional aplicada aos recursos de um país, está mais voltada ao pensamento nacionalista; porém, esta perdeu espaço por conta da divisão do trabalho do final do século passado, sendo superada pela socialdemocracia, que possui, tanto na versão liberal quanto na socialista, os fundamentos internacionais.

As informações são formadas pelas teorias educacionais e, posteriormente, passam ao campo da política. Nesse processo, elas podem, supostamente, estar sendo manipuladas; desta maneira, ações capazes de determinar como uma nação deverá ser conduzida em seu processo de desenvolvimento econômico são desprezadas.

Entre essas correntes, o nacionalismo gerou mais contradições no debate; ou seja, os conceitos e as informações disponíveis na literatura nacional dificultam o entendimento do conceito. Por consequência, enquanto não for entendido como um movimento que atenda aos interesses de determinados grupos, em prol de uma nacionalidade como uma filosofia positiva, ele continuará sendo, supostamente, manipulado.

Ao utilizar sites de buscas, encontramos a mesma definição em um dos dicionários mais usados na educação nacional:

Existe uma relação muito estreita entre o programa político do movimento nacionalista e o do fascismo e nazismo. O Nacionalismo é um componente essencial das ideologias fascista e nazista. Porém, o movimento nacionalista nunca chegou a ser, diferentemente do fascista e do nazista, um movimento de massa (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 805).

Em nenhuma dessas citações, o nazismo e o fascismo são considerados ultranacionalismo ou ufanismo. O fascismo ou o nazismo não são citados nesses critérios, fazendo com que o leitor associe o nacionalismo a esses movimentos. Alterar ou discriminá-los em suas formas conceituais faz com que o nacionalismo possa ser considerado, também, como uma filosofia positiva.

No imaginário coletivo, o nacionalismo do século XXI se configura como algo perverso, associado aos movimentos da primeira metade do século XX, que objetivavam o controle da população local. Esta retórica sobre o nacionalismo compromete o entendimento de que o movimento foi apropriado por diversos grupos, o que impossibilita a compreensão de que ele possa ser utilizado com o intuito de controlar os recursos econômicos de forma positiva. Esta é, então, uma filosofia negativa, uma abordagem oposta àquela que gerou o nacionalismo nos séculos XVIII e XIX.

A intencionalidade é clara: ou seja, uma armadilha baseada em uma visão internacional. Assim, a alteração dessa perspectiva demandará grandes esforços; o sistema educacional, provavelmente, debaterá sobre o tema sem chegar a uma solução. Mudanças demandam que a informação, como está sendo processada, seja alterada, através de mecanismos que se sobressaiam sobre o literal e o político. Isso pode ocorrer através de um planejamento econômico ambiental, com a participação de toda a população nas decisões a serem tomadas, o que pode ocasionar a transformação das próprias necessidades em soluções. Enfim, a informação que recebemos tanto é manipulada pela mídia quanto pela educação; e, como vimos anteriormente, ela atua, de maneira poderosa, sobre a estrutura social, econômica, ambiental, cultural e institucional, que são a base de reprodução da própria população local. Logo, as informações devem ser processadas por baixo.

Considerando que a informação pode ocorrer em uma visão de baixo, ela deve acontecer junto ao público; nesse sentido, somente com uma coleta de dados primários, com participação da população, poder público e setor privado é que informações confiáveis poderão ser analisadas. As informações primárias não possuem interferência externa — somente local —, o que permite criar movimentos e cooperação nos níveis educacional, industrial, agrícola, financeiro, religioso, ambiental, institucional e social. Nesse caso, todos os agentes econômicos seriam beneficiados.

Uma população é formada pelo conhecimento sobre os dados acerca dos recursos; é um sentimento que precisa ser transformado em ação, que vai ocorrer através de um poder impositivo formado pela vontade da população e não pela concorrência; isto é, através de uma cooperação que favoreça a obtenção de melhores resultados no contexto do sistema capitalista.

O movimento nacionalista precisa alterar as regras gerais impostas pelos movimentos internacionais. As ferramentas para esse fim podem ser encontradas na Teoria do Desenvolvimento Sustentável e, através dela, é possível criar uma consciência nacional sobre os recursos. Uma ação possível seria a aplicação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), com o intuito de obter informações detalhadas sobre solo, subsolo, ar, água, florestas,

animais e pessoas. A partir desses dados, seriam efetuados cálculos para diversos tipos de atendimentos regionais — como as especialidades médicas, por exemplo — reduzindo o número de viagens à capital do estado catarinense. Isso representaria um significativo ganho social, na medida em que possuiríamos um maior conhecimento sobre o meio ambiente, os construtos humanos e sua produção.

Nesse âmbito, a educação passaria por todos os processos de aplicação dos índices; haveria, portanto, novas formas de interpretarmos o Brasil, que se somariam àquelas já existentes. Com novas descobertas, poderíamos criar uma nova educação; na política, teríamos um planejamento a longo prazo, no qual os políticos assumiriam a responsabilidade de manter os orçamentos e o funcionamento dos planos municipais, estaduais e nacionais. Com isso, as políticas econômicas se tornariam mais previsíveis, pois os dados primários de longo prazo geram resultados positivos mais confiáveis, o que diminuiria as interferências setoriais. Além disso, considerando que seria mais fácil prever os desenvolvimentos em tais setores, os capitalistas liberais poderiam se voltar, inteiramente, à concorrência perfeita entre eles<sup>1</sup>, enquanto o governo seguiria seu caminho para atender a todos.

No seu conjunto, o IDS é uma das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. Especialmente em relação às informações ambientais, o IDS se destaca como fonte organizada de dados, onde os mesmos podem ser analisados e relacionados entre si, e com dados sociais, econômicos e institucionais (IBGE, 2017, n.p.).

Informações sistematizadas são diferentes de informações midiáticas ou literárias. Embora esse seja um processo literal, ele é diferente porque sua ação vem de baixo e não dos interesses das correntes; ou seja, toda a comunidade é envolvida. A informação passa a ser primária, o que permite um melhor entendimento acerca da quantidade de recursos, seus valores monetários e sua aplicação.

Outra forma de consciência nacional seria disponibilizar em torno de 10% das extrações ou vendas dos recursos para a Educação, Saúde e Transportes. Entendemos que os benefícios sociais seriam imensos. Poderíamos, por conta disso, criar uma infraestrutura para a indústria de transformação dos recursos, oportunizando o surgimento de uma cadeia produtiva, agregando mais valor aos produtos e estimulando a exportação com valores mais elevados. Com maiores investimentos em educação, poderíamos preparar a nação para novas divisões do trabalho, investir em pesquisa e desenvolvimento, melhorar as escolas, pagar melhores salários

---

<sup>1</sup> Para o autor a concorrência perfeita não existe.

aos professores, ampliar a infraestrutura escolar, o financiamento estudantil e os meios de transporte dos alunos. O resultado seria a criação de novos campos de trabalho. Na saúde, seria possível um maior investimento no Sistema Único de Saúde (SUS), abrindo outros campos de trabalho e pesquisas.

O poder do Estado-nação é conquistado; sendo assim, as ações em favor da população local devem ser impostas pela vontade, por um sentimento de assumir o que é seu, e não pela concorrência. Este poder está distribuído entre a população e o setor privado, em que as informações podem alterar o poder, destruindo, construindo e reconstruindo a estrutura social, econômica, ambiental, cultural e institucional. Tais informações se originam em duas correntes de pensamento, agindo sobre a educação e os partidos políticos.

As duas propostas aqui relatadas consideram o mecanismo econômico primário para alterar as informações referentes à educação, economia e à vida social das pessoas; por conseguinte, isso só será possível através de um movimento nacionalista.

## 2.1 Metodologia

Este artigo baseou-se em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com o intuito de analisar o conceito de nacionalismo. Para isso, foram consultados vários autores, priorizando-se uma obra de Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*. O que determinou o recorte foi o tipo de pesquisa empregada; ou seja, uma abordagem na qual a História é vista de baixo e em que se prioriza a análise da relação entre as teorias liberais e sociais. Neste contexto, o autor desenvolveu um objeto analítico — “os recursos naturais” — e, a partir desse objeto, procurou compreender a dinâmica dos agentes em sua busca pelo poder do Estado, que possui a capacidade de transformar as ações humanas; em nosso exemplo, analisou-se a exploração dos recursos naturais. Criou-se uma narrativa entre os agentes para, em seguida, analisar a tomada de poder e a qualidade das informações disponíveis a estes agentes; nesse estágio, foram analisadas as informações educacionais e midiáticas. Utilizou-se, também, o *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino.

Nesta análise, priorizou-se a busca de informações midiáticas na internet. Não houve, então, o intuito de analisar a oficialidade dos sites, e sim a maneira como um estudante encontra, em uma busca na *web*, informações sobre o que é nacionalismo. Ao final do trabalho, foram desenvolvidas duas propostas econômicas para enfrentar a informação internacional e a tomada de poder nacional. Propusemos uma análise da Teoria de Desenvolvimento Sustentável, sobre a qual não foi indicada nenhuma obra, pois não era o objeto do artigo. Nos baseamos nesta

teoria porque já está consolidada no ensino médio, apenas indicando uma referência do IBGE sobre os índices de Desenvolvimento Sustentável. A obra de Eric Hobsbawm discorre sobre o surgimento do nacionalismo na Europa nos séculos XVIII e XIX e retrata como o liberalismo clássico foi responsável pela transformação dos territórios em nações, relatando fontes protonacionais; ou seja, foram examinados os seguintes temas: elementos que motivaram o nacionalismo, o nacionalismo na perspectiva do governo, as transformações e o nacionalismo no século XX. Optamos por não seguir rigorosamente o livro, mas utilizar seus mecanismos de análise.

### **3 Considerações finais**

O nacionalismo, em uma perspectiva econômica para o século XXI, foi o tema proposto para descrever uma narrativa econômica, através da História vista de baixo. Inicialmente, indagou-se se o nacionalismo poderia ser utilizado como política econômica a ser desenvolvida no século XXI. Conclui-se que o nacionalismo, como movimento, pode ser utilizado pela economia para mediar as negociações entre os agentes econômicos.

Em seguida, procurou-se compreender como ocorre a obtenção do poder sobre o Estado-nação. Os resultados indicaram que a população local deve tomar o poder por imposição de sua vontade, pois, na forma concorrencial, ela perderia o controle sobre a exploração dos próprios recursos.

Vimos, também, que a informação tem a capacidade de mudar as estruturas de uma nação; tais informações têm origem no meio acadêmico, para, em seguida, serem processadas por partidos políticos e pela mídia.

Entende-se que os conceitos desenvolvidos sobre o nacionalismo não estejam corretos; nesse caso, é necessário alterar a base conceitual, ou seja, os movimentos do nazismo e do fascismo devem ser considerados como ultranacionalismo. Nesse ponto, novos trabalhos podem aprofundar a análise sobre os conceitos do nacionalismo. E, por último, foram disponibilizadas duas soluções para enfrentar a concorrência desleal na obtenção do poder do Estado-nação: (a) uma economia desenvolvimentista ambiental, utilizando os Índices de Desenvolvimento Sustentável-IDS como forma de planejamento de longo prazo e de informação primária sobre os recursos de uma nação; (b) a outra proposta, considerando que ela seja de rápida execução, advoga a formação de um movimento nacional com o intuito de disponibilizar uma porcentagem das extrações de recursos para financiar a educação, saúde e o transporte, entre outros setores.

Enfim, espera-se que esse artigo coloque em discussão a classificação do conceito do nacionalismo. Além disso, o ultranacionalismo deve ser considerado um fenômeno atrelado ao nazismo e ao fascismo, que são uma apropriação do poder por determinados grupos, utilizando filosofias positivas e negativas na tomada desse poder. Além disso, este trabalho teve a intenção de usar o movimento nacionalista como forma de mediação econômica.

## Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Tradução Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: UnB, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. **Nação e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 7. ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1999. Disponível em:  
[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO\\_ECONOMICA\\_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf). Acesso em: 05 maio 2020.

IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Edição 2017. **IBGE**, [S.l.], 2017. Disponível em:  
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>. Acesso em: 07 maio 2020.